

Reflexos do Plano Real sobre a Economia Paranaense

Gilmar Mendes Lourenço*

Passados quase dezoito meses desde o lançamento da nova moeda, observa-se a permanência dos índices de preços em níveis bastante reduzidos, oscilando em média entre 1% e 2% ao mês. Porém, o ambiente de relativa calma encobre sintomas de desarranjos persistentes, conseqüência da ancoragem do processo de estabilização na administração articulada de dois preços básicos: câmbio nominal semifixo e juros reais elevados, ou no que se convencionou denominar de âncoras cambial e monetária. É praticamente consensual a idéia de que essa gestão macroeconômica carrega riscos crescentes de deflagração de uma crise fiscal, devido à ausência de garantias efetivas quanto à ocorrência de um ordenamento duradouro das contas públicas, condição indispensável para dar bases sólidas ao incipiente equilíbrio conjuntural.

Do ponto de vista técnico, a estratégia adotada pelo governo federal, de manutenção das taxas de juros reais mensais em patamares incomparavelmente superiores aos padrões internacionais, favorece o gerenciamento do câmbio, a ponto de a taxa efetiva real de câmbio acusar apreciação acumulada de 13% entre julho de 1994 e outubro de 1995. Esse cálculo considera a inflação medida pelo Índice de Preços por Atacado (IPA), cerca de 20%, e desconta as variações das moedas dos principais parceiros comerciais do Brasil. Nessas circunstâncias, a dobradinha juros escorchantes/câmbio valorizado serve para atendimento de componentes/requisitos internos e externos da política de ajustamento, estreitamente ligados.

No *front* interno, os juros altos funcionam como elemento de contenção das pressões inflacionárias decorrentes do incremento de demanda em velocidade superior à capacidade de suprimento por parte da produção local, dada a impossibilidade de prosseguimento do aumento do coeficiente de importações depois da eclosão da crise mexicana, sob pena de descontrole na balança comercial.

Em outras palavras, no âmbito doméstico o encarecimento do preço do dinheiro cumpre o papel de desaquecer a economia de forma a reverter os déficits comerciais, em tempo e intensidade capazes de evitar pronunciadas desvalorizações cambiais e seus desdobramentos inflacionários, e/ou o aparecimento de focos de inflação de demanda.

Do lado externo, as exponenciais taxas de juros buscavam, essencialmente, inverter o movimen-

to de fuga de capitais de curto prazo depois do agravamento da instabilidade mexicana e seus reflexos sobre a posição cambial dos países emergentes da América Latina. Uma vez garantidos os objetivos de reequilíbrio no balanço de pagamentos e recuperação das reservas cambiais, a manutenção dos patamares de juros abriu espaço para a convivência de duas situações que, de certa forma, encurtaram a abrangência e arrefeceram a intensidade das críticas à condução da administração econômica.

A primeira corresponde à continuidade do represamento do valor do câmbio, compensando os prejuízos dos exportadores pela realização de operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACCs) e, por extensão, possibilitando a obtenção de ganhos financeiros internos sobre as divisas estrangeiras recebidas antecipadamente. A segunda constitui a possibilidade de ampliação das receitas financeiras de parcela dos agentes econômicos (particularmente grandes industriais), mediante o diferencial de juros via captação de recursos externos.

Os estragos provocados por essa intransigente condução do Plano de Estabilização podem ser sintetizados, no lado real da economia, pela pronunciada desaceleração do ritmo de produção e negócios, decorrente da redução do consumo e do aumento do nível de inadimplência dos consumidores e empresas, afetando negativamente as decisões de novos investimentos.

Sintomaticamente, houve aumento do desemprego e encolhimento da massa salarial no país, pressionando as contas da previdência social – com o retorno dos déficits operacionais a partir de junho – e ampliando os saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ambas as rubricas alimentadas por contribuições sobre os salários. O subsetor da construção civil paulista dispensou 106 mil pessoas entre janeiro e outubro de 1995, segundo a Federação dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado de São Paulo, representando cerca de 15,3% do contingente empregado. Em termos absolutos as demissões equivalem ao total ocupado pela indústria automobilística, configurando o menor nível de emprego em quinze anos (588 mil) e a metade dos empregados em fevereiro de 1990. A contração verificada está intimamente atrelada à ausência de financiamentos imobiliários, às insuficientes e onerosas linhas de cré-

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

dito, aos cortes nos gastos públicos e à inadimplência do setor público junto a várias empreiteiras.

Estatísticas do IBGE revelam que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro decresceu 5,35% entre abril e setembro, com ajuste sazonal, puxado pelo setor industrial (queda de 10,6%). Essa performance denota uma situação recessiva, tecnicamente demonstrada pelo declínio da medida da produção de bens e serviços por dois trimestres consecutivos.

A par disso, a área financeira contempla uma substancial impulsão do estoque da dívida pública, mais que proporcional à expansão da arrecadação tributária e comparável apenas ao intervalo anterior ao Plano Collor, fragilizando o passivo de estados e municípios – ponto crítico ao saneamento do setor –, forçando o desvio de recursos do orçamento de custeio e investimento e estreitando suas possibilidades de atuação em programas sociais compensatórios. Estima-se que em 1995 o governo federal tenha gasto R\$ 20 bilhões com a rolagem da dívida, diminuindo a já fragilizada capacidade de dispêndio público, devendo o déficit operacional do setor público atingir entre 3,5% e 4% do PIB.

Tais números evidenciam o enorme custo fiscal da estratégia câmbio-juros e confirmam as suspeitas de que o governo teria exagerado na terapia contractionista, provocando instabilidade nas órbitas produtiva e financeira. O somatório dos fatores crise finan-

ceira do setor agrícola, inadimplências/insolvências no varejo, progressivos déficits fiscais e turbulências bancárias localizadas – reflexos das dificuldades de adaptação do sistema financeiro à transformação de um regime de inflação mensal de 50% para outro próximo de 1% – conforma o conjunto de efeitos colaterais da equação juros-câmbio.

Frise-se que o descontrole fiscal ou das contas públicas nos vários níveis de governo tende a se transformar no principal problema do Plano Real. Não obstante o governo ainda desconheça o volume e fluxo de moeda subsidiada a ser utilizada pelo Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (PROER), estimam-se desembolsos de recursos públicos da ordem de R\$ 10 bilhões para financiamento da absorção do Banco Nacional pelo Unibanco, socorro financeiro aos estados e viabilização da venda do Banco Econômico, provavelmente cobertos com títulos aceitos pelo valor de face e negociados com deságio no mercado.

O apoio oficial ao segmento intermediário financeiro – sob a alegação de riscos de efeito dominó – assume características polêmicas, na medida em que impede que as forças de mercado procedam ao trabalho de eliminação de instituições ineficientes, incapazes de sobreviver sem a fonte extra de receita representada pelo *floating* nos tempos de inflação elevada.

A estratégia de aperto monetário, juros altos e sobrevalorização do real praticada pelo governo federal provocou redução da rentabilidade financeira da agricultura, da produção industrial e das receitas fiscais paranaenses.

No caso do Paraná, a restrição monetário-orçamentária, os juros reais elevados e a defasagem cambial explicam o quadro de descapitalização e inadimplência dos produtores rurais, de pronunciada diminuição da produção industrial, de retração do movimento comercial e de declínio das exportações, inclusive para os países do Mercosul. Inicialmente o fenômeno atinge com maior intensidade os municípios do interior, dado o peso das atividades rurais nas respectivas bases produtivas, retratando a paralisação/estagnação da comercialização e industrialização da colheita de verão e transações correlatas (envolvendo transportes, bancos, imóveis, insumos, entre outras).

A partir de abril, o programa juros-câmbio começa a afetar negativamente os ramos econômicos sediados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) – metal-mecânica, petroquímica e construção civil –, ciclicamente atrelados à dinâmica da estrutura produ-

tiva em nível nacional. Tanto que a taxa de desemprego na RMC, apurada pelo IPARDES/DIEESE, salta de 10,3% da População Economicamente Ativa (PEA), em março, para 11,6% em outubro e novembro, e o número de pedidos de falência acumulado entre janeiro e outubro de 1995, em Curitiba, aumenta 148% em relação ao mesmo período de 1994. No Estado como um todo, as falências registraram incremento de 58,1% no período de janeiro a novembro deste ano, contra idêntica base de 1994 (204 versus 129), segundo levantamento da Junta Comercial do Paraná. Por tudo isso, observa-se declínio da arrecadação fiscal, comprometendo a capacidade de gasto e investimento da administração pública.

Especificamente na agricultura, variável-chave para a performance sócio-econômica estadual, os impactos adversos incluem desde a depreciação dos ativos dos produtores (terras e máquinas), insolvência de atividades de apoio como fabricação de sementes

e adubos, problemas de liquidez de algumas cooperativas, acentuação dos fluxos migratórios, interrupção do processo de modernização, entre outros aspectos, até o comprometimento do desempenho da safra 95/96 e de várias etapas da base produtiva regional atreladas à agricultura.

Calcula-se que os preços da terra no Paraná caíram 35% em média entre janeiro e outubro de 1995, por duas razões principais:

- o declínio da atratividade da agricultura enquanto opção de investimento por conta das injunções de política econômica em geral e da inexistência de política agrícola em particular;
- o aumento da oferta de imóveis devido principalmente à necessidade de quitação dos débitos de crédito rural por parte dos produtores, em uma conjuntura de encurtamento de liquidez e descapitalização generalizada. Essa situação dramática advém do descumprimento dos compromissos assumidos pelo governo federal por ocasião da divulgação do plano de safra em agosto de 1994, particularmente quanto aos preços mínimos e à concessão de financiamento para comercialização, contribuindo para a intensificação da tendência de queda dos preços dos produtos agrícolas.

Projeções do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB/DERAL) apontam apreciável declínio do valor da produção da safra de verão paranaense em 1995 em relação a 1994 (US\$ 2,291 bilhões versus US\$ 2,540 bilhões), puxada pela depreciação das cotações de soja e milho. Nem mesmo o pontual desempenho positivo da rentabilidade financeira da triticultura – por conta da elevação dos preços associada à redução da produção e estoques mundiais – conseguiu reverter o quadro catastrófico (tabela 1).

TABELA 1 - VALOR DA PRODUÇÃO, PREÇO MÉDIO E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DE GRÃOS, NO PARANÁ - 1994/1995

PRODUTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (US\$ MILHÕES)			PREÇO MÉDIO (US\$) ⁽¹⁾		
	1994	1995 ⁽²⁾	TAXA DE CRESC. (%)	1994	1995 ⁽²⁾	TAXA DE CRESC. (%)
Lavouras de Verão	2.539.760	2.291.073	-9,79			
Algodão	188.261	215.827	14,64	6,68	6,56	-1,80
Arroz Irrigado	19.851	20.005	0,78	11,68	12,50	0,78
Arroz Sequeiro	27.482	24.330	-11,47	10,57	10,07	-4,73
Café	220.750	15.563	-92,95	2,45	2,12	-13,47
Feijão de Cor	289.920	227.766	-21,44	40,79	28,40	-30,38
Milho	802.411	861.416	7,35	5,94	5,70	-4,04
Soja	990.395	925.029	-6,60	11,11	9,87	-11,16
Lavoura de Inverno	171.285	201.214	17,47			
Trigo	157.324	177.507	16,24	8,25	9,59	16,24
TOTAL	2.711.045	2.492.287	-8,07			

FONTE: SEAB/DERAL

(1) Algodão (arroba), arroz irrigado (saca de 50 kg), arroz sequeiro (saca de 60 kg), café (kg renda) e feijão, milho e soja (saca de 60 kg).

(2) Estimativa.

O cultivo do trigo preservou a trajetória de diminuição da área plantada em virtude dos desestímulos oficiais, com ênfase para o fim da equivalência-produto, a correção dos financiamentos de custeio pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a redução do preço mínimo e o prosseguimento da realização de compras externas subsidiadas na origem.

Em 1995, os resultados econômicos pouco animadores e as indefinições na política agrícola devem ocasionar decréscimo de 3,7% na área plantada com lavouras de verão no Estado, em relação ao ano anterior, particularmente nas culturas de algodão, milho, arroz e feijão, o que pode representar redução de produção de mais de 1 milhão de toneladas.

Seguindo essa mesma tendência, a produção industrial do Estado experimentou recuo de 4,77% entre janeiro e outubro de 1995, contra idêntico intervalo de 1994 – desempenho oposto ao nacional, que acusou crescimento de 3,90% –, liderado pelos gêneros fumo, vestuário e calçados, química, couros e peles, produtos alimentares, madeira e material elétrico e de comunicações (tabela 2).

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO CLASSES E GÊNEROS DE ATIVIDADES - 1995

CLASSES/GÊNEROS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Outubro	Acumulada Jan.-Out.
Indústria Geral	-8,51	-4,77
Extrativa Mineral	29,41	13,53
Transformação	-8,60	-4,82
Minerais não-Metálicos	12,79	16,12
Metalurgia	-18,58	-2,33
Mecânica	-26,59	21,85
Material Elétrico e de Comunicações	-46,72	-8,26
Material de Transporte	-50,98	7,80
Madeira	-2,85	-5,13
Mobiliário	5,08	24,40
Papel e Papelão	-11,26	0,02
Borracha	-43,75	-4,65
Couros e Peles	-26,32	-17,26
Química	5,99	-15,23
Perfumaria, Sabões e Velas	4,65	12,87
Produtos de Matéria Plástica	2,33	4,65
Têxtil	-17,33	9,12
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	61,55	-12,04
Produtos Alimentares	-3,55	-12,75
Bebidas	6,31	37,91
Fumo	19,89	-29,01
Brasil	-2,30	3,90

FONTE: IBGE/DPE/DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA

NOTA: Base de comparação: igual período do ano anterior.

Parece oportuno reiterar que esses constrangimentos à produção agrícola e industrial e seus desdobramentos sobre o restante da economia regional determinaram o delineamento de uma curva descendente de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado a partir de abril, a despeito do esforço do aparelho fisco-arrecadador no combate à sonegação e evasão fiscal, através de operações integradas de fiscalização

em todo o Estado e da tentativa de recuperar débitos tributários pendentes de pagamento (Programa "Co-brar Bem"), impactando especificamente no mês de setembro e estabilizando-se em patamares 10% inferiores ao pico do real apurado em abril (tabela 3).

TABELA 3 - ARRECAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ- JUL 1994- NOV 1995

PERÍODOS	ICMS (R\$ milhões)	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO (abr./1995=100)
1994		
Julho	100.744,00	57,10
Agosto	128.286,00	72,71
Setembro	141.718,00	80,32
Outubro	137.781,00	78,09
Novembro	143.506,00	81,33
Dezembro	151.068,00	85,62
1995		
Janeiro	156.791,00	88,86
Fevereiro	139.760,00	79,21
Março	130.536,00	73,98
Abril	176.433,00	100,00
Maió	138.101,00	78,27
Junho	159.058,00	90,15
Julho	148.683,00	84,27
Agosto	149.909,00	84,96
Setembro	162.411,00	92,05
Outubro	153.495,00	87,00
Novembro ⁽¹⁾	158.431,00	89,80

FONTE: SEFA

(1) Demonstrativo Financeiro.

O discurso do Executivo Federal sublinha que estaria encerrada a fase mais aguda do processo de desaquecimento, bastando esperar os reflexos defasados da flexibilização monetária lançada pelo Banco Central a partir de agosto/setembro, já demonstrados pela recuperação da atividade industrial em outubro, com expansão de 4,04% nas vendas, em face de setembro, motivada pela diminuição da inadimplência e dos estoques. Mesmo assim, cumpre reconhecer a precariedade dos mecanismos de política fiscal disponíveis – única saída para a diminuição estrutural dos juros e o realinhamento cambial.

Na verdade, as reformas tributária, administrativa e previdenciária em discussão no Congresso

Nacional, ao invés de contribuir para a elevação da poupança do país, deverão oferecer, no máximo, soluções transitórias ou remendos para o desequilíbrio das finanças públicas (Fundo de Estabilização Fiscal, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira e flexibilização da estabilidade no serviço público), desviando recursos (IR e IPI) de estados e municípios para a União ou, em outras palavras, deslocando déficit do governo federal para os outros níveis.

Não foram discutidos, até aqui, temas como a redefinição de receitas e encargos entre as três esferas de governo (União, estados e municípios), em razão do recrudescimento das resistências políticas e práticas paroquiais em ano eleitoral, em favor da não-racionalização de gastos e da despreocupação com a preservação do legítimo interesse público.

No terreno das deliberações paliativas, o Banco Central aprovou, em 29 de novembro de 1995, um micropacote de providências de política econômica, visando, simultaneamente, atenuar a contenção do crédito ao consumidor, potencializar os fluxos produtivo-comerciais de final do ano e reverter as tendências e prognósticos desfavoráveis manifestados nas estatísticas econômicas para 1996, com ênfase para a produção, vendas, emprego, solvência, entre outros.

As decisões incluem a dilação do prazo máximo para as transações de empréstimo e financiamentos de três para seis meses; o estabelecimento do retorno do financiamento através dos cartões de crédito, permitindo o parcelamento de 50% das dívidas em três vezes; a zeragem do depósito compulsório sobre as operações de crédito dos bancos, antes fixado em 5%; e a autorização para a constituição de grupos de consórcios para eletrodomésticos e eletroeletrônicos com período mínimo de 24 meses.

As reformas em discussão no Congresso Nacional tendem a transferir déficits do governo federal para estados e municípios.

Um exame preliminar do elenco de medidas anunciado permite estimar uma evolução moderada do consumo, derivada da extensão das linhas de crédito de três para seis meses, em razão da possibilidade de utilização de empréstimos, descontos de duplicatas e de notas promissórias pelas empresas, e de expedientes como cheques especiais e crédito direto por parte dos consumidores. Já a reabertura dos consórcios deve apresentar repercussões localizadas, devido especialmente à continuidade da proibição de retiradas por lances. Calcula-se que

esta modalidade de venda passe a representar 6% da produção de eletrodomésticos contra os 3% atuais.

No fundo, trata-se ainda de medidas tímidas e isoladas, principalmente se forem consideradas três ordens de restrições:

- os elevados patamares de inadimplência/insolvência de empresas e consumidores, ocasionados pela gestão monetária contractionista, aprofundada desde o segundo trimestre deste ano;
- a permanência dos demais compulsórios sobre as operações ativas dos bancos, com

devolução prevista para janeiro de 1996 com base na média dos saldos entre 26 e 29 de dezembro ;

- c) a intocabilidade do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), encarecendo o custo do crediário para pessoas físicas no mínimo em 15% ao ano.

Em suma, as decisões tomadas pelo Banco Central devem refletir modestamente sobre o declínio dos juros. A propósito dos juros – parâmetro fundamental para as decisões econômicas presentes –, o Banco Central, ao sancionar taxas mais elevadas, vem insistente e intransigentemente contrariando os mercados, que apostam numa queda mais rápida, compatível com a curva de estabilidade inflacionária.

Dessa forma, o conjunto de resoluções divulgado representa apenas uma nova e tópica rodada de flexibilização do aperto monetário, notadamente quanto ao acesso ao crédito, neutralizado desde outubro de 1994, quando o consumo começou a disparar. Seu efeito sobre o movimento de fim de ano será diminuto, podendo, na melhor das hipóteses, relaxar o quadro de inadimplências e ativar as compras a partir de meados do primeiro trimestre de 1996, época de estacional contração econômica. Por essas razões, tanto o retorno da maior parcela dos recursos esterilizados pelos compulsórios, estipulado para janeiro, quanto a diminuição das limitações ao crédito, não devem provocar substancial expansão da liquidez da economia nem comprometer as metas de expansão monetária.

O pacote de fim de ano deve minimizar as inadimplências e dar fôlego transitório à economia no início de 1996.

Existem, ainda, dois aspectos a serem considerados:

- a) a prática generalizada, nas grandes redes comerciais, de concessão de financiamentos em até doze meses com recursos próprios, tornando absolutamente inócuo o relaxamento do crédito para os estabelecimentos de menor porte, dependentes de financeiras para a alavancagem das vendas a prazo;
- b) a postura de cautela dos agentes econômicos, buscando evitar a repetição dos excessos de endividamento cometidos no final de 1994.

Logo, a economia brasileira deve apresentar apenas um movimento de recuperação sazonal no curto prazo, vinculado às vendas de fim de ano, conformando um novo repique de expansão subsequente à fase de desaquecimento/recessão. É uma seqüência que tende a se repetir enquanto não forem atendidos os requisitos essenciais à retomada auto-sustentada do crescimento da produção, produtividade, emprego de tecnologia e investimentos pesados em novas fábricas com maior geração de-emprego. Esse último ponto, a criação de novos postos de trabalho, reveste-se de crucial importância diante do quadro de ampliação do desemprego estrutural por parte do parque industrial — conseqüência do progresso tecnológico e/ou da necessidade de adequação a um sistema econômico mais integrado internacionalmente —, sem possibilidade de absorção por outros setores.

Os cenários mais prováveis para 1996 projetam taxas de juros 16% acima da inflação anual, prevista para 15%, desvalorização cambial próxima de 10% e crescimento do PIB entre 3% e 4%, deno-

tando forte propensão ao regresso dos déficits comerciais e conformando uma travessia demorada e acidentada rumo a um ambiente macroeconômico mais confortável. Aliás, o governo manifestou recentemente não cogitar alterações na política cambial, partindo do pressuposto de que os ganhos de produtividade derivados da abertura econômica ao exterior compensam eventuais atrasos cambiais.

Ademais, em que pesem a recuperação das cotações dos produtos primários nas bolsas internacionais – por conta das previsões de diminuição de produção de estoques mundiais –, o razoável volume de estoques oficiais de alimentos e o satisfatório nível de reservas cambiais, facilitando a realização de importações, o PIB agrícola deve apresentar variação negativa, reduzindo a oferta interna e/ou as disponibilidades para exportação e voltando a pressionar as taxas de inflação. Paralelamente, a escalada do desemprego e o conseqüente abrandamento dos movimentos salariais devem manter reduzidas as pressões provenientes da demanda interna.

De uma ótica estrutural, parece importante o reforço dos instrumentos de política fiscal, garantindo o saneamento definitivo das contas públicas, mediante o ajuste entre dispêndio público e nível de receitas fiscais – condição básica para a redução dos juros, o ajuste cambial e a diminuição dos custos e elevação da produtividade e eficiência do parque produtivo operante no país –, que, por seu turno, passa pela intensificação das negociações políticas em favor da discussão e aprovação das reformas tributária, administrativa e previdenciária pelo Congresso Nacional.

Os resultados concretos de tais iniciativas devem amadurecer a partir de 1997, em razão de o ciclo

eleitoral provocar, de um lado, o recrudescimento da resistência de governantes de estados e municípios a programas de ajuste contrários a seus planos políticos e, de outro, a ampliação dos movimentos por maior flexibilização no tratamento e rolagem das dívidas estaduais.

Diante dessas perspectivas pouco promissoras, é necessária, de imediato, uma reformulação da estratégia de estabilização, priorizando o lançamento de estímulos às exportações, acoplados a uma política industrial que privilegie a reestruturação (rumo à modernização e à competitividade) de ramos de atividades inviabilizados pelo aumento da concorrência externa propiciada pelo atraso cambial. O real sobrevalorizado diminui a competitividade e as chances de as exportações sustentarem o crescimento e transfor-

ma a abertura econômica em permanente risco à estabilização.

Cabe também articular mecanismos institucionais de apoio a segmentos menos dependentes da variável cambial e com forte potencial de absorção de mão-de-obra, como a construção civil, contribuindo para a atenuação do desemprego conjuntural resultante da recessão. Nessa direção, a recente liberação de R\$ 717 milhões para financiamento da casa própria a pessoas com renda entre 3 e 12 salários mínimos é mero paliativo. Na verdade, a absorção da mão-de-obra expulsa pela modernização do campo por parte da construção civil depende da recriação de um sistema de financiamento abrangente e acessível às camadas mais pobres da população.